

## AUTOMATICIDADE DO SUBSÍDIO

# Magistratura conquista avanço inédito e histórico

Tiago Parrela



Agraciados com Maurício Soares e Herbert Carneiro na outorga da Medalha Guido de Andrade

No último mês do ano, a magistratura mineira alcançou conquista inédita com a sanção, pelo governador Fernando Pimentel, no dia 24 de dezembro, da automaticidade no reajuste dos subsídios da classe. A medida reafirma a autonomia do Judiciário enquanto poder e a valorização da magistratura enquanto classe e carreira independentes.

O avanço histórico foi viabilizado pela intensa parceria e interlocução da Associação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

**Página 3**

## Parceria homenageada

No dia 17 de dezembro, a Amagis homenageou com a Medalha Desembargador Guido de Andrade cinco personalidades que

contribuíram pelo fortalecimento do Judiciário e valorização da magistratura durante 2015. Foram agraciados o governador

Fernando Pimentel, o presidente da ALMG, Adalclever Lopes, o prefeito de BH, Marcio Lacerda, o presidente da Câmara da

Capital, Wellington Magalhães, e o ex-presidente do TJMG desembargador José Fernandes Filho.

**Páginas 6 a 8**



Maurício Soares ao lado de Herbert Carneiro assina termo de posse

### NOVO COMANDO

Resultado do consenso e aprovação dos rumos adotados pela Associação, a nova diretoria da Amagis, presidida pelo desembargador Maurício Soares, tomou posse no dia 3 de janeiro.

**Páginas 4 e 5**

TJMG confirma pagamento de créditos devidos

**Página 3**

Debate ampliado por cargo de agente prisional

**Página 10**

Amagis Saúde se integra à luta contra Zika Vírus

**Página 24**

# Conquista histórica fortalece a autonomia do Judiciário

HERBERT CARNEIRO\*

**C**om união, participação e parcerias consolidadas, fechamos 2015 e a gestão do último triênio (2013/2015) com chave de ouro ao conquistarmos, de maneira inédita, um avanço de grande alcance na reafirmação do Judiciário enquanto poder autônomo e, por consequência, da Magistratura, enquanto classe e carreira independentes e valorizadas.

A automaticidade no reajuste dos subsídios agora é lei estadual relevante por fortalecer, além das autonomias administrativa e financeira do Judiciário, a interdependência entre os poderes, prevista no texto constitucional, mas, até então, não exercida plenamente.

Guardadas as devidas distinções e proporções constitucionais, a medida nos concede tratamento isonômico até o dos ministros do Supremo Tribunal Federal, quando o reajuste de vencimentos é feito de forma vinculada e automática ao de suas excelências, sem a necessidade de apreciação pelo Poder Legislativo estadual, que também desfruta de autonomia e independência para matéria de igual teor.

De acordo com seus artigos 39, parágrafo 6º, e 93, a Constituição Federal definiu um subteto de remuneração para os membros do Poder Judiciário estadual, que é de 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo. Pelo mesmo texto, é sabido que ninguém pode ganhar mais do que os ministros do STF.

A nova lei é um marco e coroamento de um intenso trabalho de três anos, porque reforçou, em seu último mês, nossa bandeira maior, adotada desde o primeiro dia, de defesa dos princípios e prerrogativas que caracterizam a Magistratura e o fortalecimento do Judiciário. Foi mais um importante passo na direção do Judiciário e da Magistratura ideal, que sonhamos e construímos no dia a dia do presente.

No período de um ano, a conquista foi construída a partir do dia 16 de dezembro de 2014 por meio de representação da Magistratura (AMB, Amagis e outras Associações) junto ao Conselho Nacional de Justiça até ser reconhecida pelo Tribunal de Justiça, apreciada e aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas e sancionada pelo governador do Estado no dia 24 de dezembro passado. Pouco a pouco, e de maneira irreversível, convencemos cada um dos segmentos e poderes sobre a importância e valor de sua efetivação.

Todas as etapas contemplaram, tão somente, o que já havia sido decidido pelo CNJ, determinando que, quando houver reajuste para os vencimentos dos ministros do STF, os dos juizes e desembargadores, de acordo com o escalonamento legal, serão automaticamente reajustados.

A única diferença em relação ao praticado até então é que, sendo automático o reajuste, quando for autorizado, não será mais precedido de envio de projeto de lei para que a Assembleia Legislativa aprove o que já foi aprovado por quem tem a competência de fazê-lo, que é o Congresso Nacional.

A medida em si não traz despesas aos cofres públicos, reajustes ou aumentos de ganhos para os magistrados, apenas representa e fortalece a autonomia do Judiciário mineiro, a mesma que os deputados estaduais têm quando votam, por meio de sua Mesa Diretora, a aplicação automática de reajustes em seus vencimentos, de acordo com o aprovado na Câmara dos Deputados.

Em cumprimento ao CNJ, a automatização também teve regular tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Necessário registrar que o TJMG poderia simplesmente cumprir o que determina a Resolução do Conselho e conceder a automaticidade, mas optou pelo respeito à legitimidade do processo legislativo e à isonomia dos poderes, enviando à Assembleia o projeto que trata do tema.

Igualmente resultado da parceria da Amagis com o Tribunal de Justiça e da constante interlocução com o Legislativo e Executivo, obtivemos ainda a aprovação e sanção de crédito suplementar, que, neste mês, deu ao TJMG condições de efetivar pagamentos de direitos devidos, em parcelas de igual valor a todos, relativos às URVs, equivalência salarial a magistrados ativos e aposentados e pensionistas. Aqueles que não fazem jus a essas parcelas receberão quitação referente a férias suspensas.

Outras conquistas virão. Assim como a defesa da Magistratura, o fortalecimento do Judiciário é causa permanente da qual não abrimos mão e ainda temos muitos avanços a buscar. Nessa última manifestação que faço neste espaço, agradeço a todos pelo apoio e participação, reforçando votos de um 2016 repleto de realizações, com saúde e paz, e boa sorte à nova diretoria. ●

(\* Presidente da Amagis 2013/2015)

**“A nova lei é um coroamento de intenso trabalho de três anos, ao reforçar, no último mês, a intransferível defesa do magistrado sustentada desde o primeiro dia”**



Jornal Mensal da  
Associação dos  
Magistrados Mineiros  
**AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577  
(Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569  
(Decisão On-line)

TRIÊNIO 2013/2015

**Presidente:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Vice-presidente Administrativa:**  
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

**Vice-presidente Financeiro:**  
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

**Vice-presidente de Saúde:**  
Desembargador Maurício  
Torres Soares

**Vice-presidente dos  
Aposentados e Pensionistas:**  
Desembargador Tibagy  
Salles Oliveira

**Vice-presidente do Interior:**  
Juíza Ivone Campos  
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente  
Sócio-cultural-Esportivo:**  
Desembargador Tiago Pinto

**Diretor-Secretário:**  
Morvan Rabêlo de Rezende

**Diretora-Subsecretária:**  
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

**Diretoras de Comunicação:**  
Juízas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**  
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**  
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrala • Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

**Projeto Gráfico:**  
Agência Graffo

**Diagramação:**  
Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**  
Gráfica e Editora Del Rey

**Tiragem:** 2.300 exemplares

## ÍNDICE

Gestão unifica a  
classe e obtém  
avanços históricos

9

- » Amagis conquista reajuste automático para os subsídios 03
- » Maurício Soares reafirma compromisso com a classe 04
- » Medalha celebra união da classe e parceria com os Poderes 05
- » Gestão unifica a classe e obtém avanços históricos 09
- » Amagis interioriza debate sobre regulação da carreira 10
- » Consolidada, Revista Amagis Jurídica chega à 12ª edição 11
- » Voto biométrico traz segurança à democracia 12
- » Retrocesso no abrigamento de presos em cadeias públicas 13

- » Amagis ingressa como amicus curiae em ADI 14
- » Presidente do TJ assume Conselho e Governo de Minas 15
- » Frequência nas Colônias de Férias chega a 97% 16
- » Ademg homenageia Amagis no Mineirão 17
- » Concurso Novas recebe composições para violão 18
- » Heloisa Combat aponta conquistas do Judiciário 19
- » Atendimento fora da área é regulamentado 23
- » Amagis Saúde reúne dados para combate ao Zika Vírus 24

Amagis interioriza debate  
sobre regulação  
da carreira

10

11 Consolidada, Revista  
Amagis Jurídica  
chega à 12ª edição

14 Amagis ingressa  
como amicus  
curiae em ADI

## VINCULAÇÃO

# Amagis conquista reajuste automático para os subsídios

Sarah Torres/ALMG



Deputados no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

A Lei nº 21.942/15, que vincula automaticamente o reajuste do subsídio dos magistrados de Minas Gerais ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foi sancionada pelo governador do Estado, Fernando Pimentel, e publicada no último dia 24 de dezembro, no Diário Oficial de Minas Gerais. A lei também concedeu abono aos servidores

do Judiciário. O texto foi aprovado na Assembleia Legislativa de Minas no dia 17 de dezembro, como PL 2.252/15.

De acordo com a nova norma, os subsídios serão reajustados automaticamente, sempre que os valores pagos em nível federal forem corrigidos, sem a necessidade de que o Tribunal tenha que enviar projeto de lei para garantir o

reajuste aos magistrados. A conquista é fruto da parceria inédita da Amagis e do TJMG, e da boa interlocução que a Associação tem mantido com o Legislativo e o Executivo.

O texto reafirma a Constituição Federal e garante que o subsídio dos desembargadores corresponda a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tri-

bunal Federal. Os subsídios dos juízes serão calculados de acordo com o artigo 3º da Lei 16.114, de 2006, que estabelece a diferença de 5% entre o subsídio de cada nível.

“A medida não traz despesas aos cofres públicos, reajustes ou aumentos de ganhos para os magistrados, apenas representa e fortalece a autonomia do Judiciário mineiro. A nova norma é relevante e fortalece não apenas as autonomias administrativa e financeira, mas, sobretudo, a independência entre os poderes, prevista no texto constitucional, com repercussão na valorização da magistratura e de sua atuação em favor da cidadania”, exaltou o então presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, durante votação na Assembleia Legislativa.

## CNJ

No dia 13 de janeiro de 2015, mesmo dia em que a presidente Dilma Rousseff sancionou a

Lei 13.901, reajustando o subsídio dos ministros do (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a automatização aos Tribunais de Justiça, para que reajustassem os vencimentos sem a necessidade de enviar projetos de lei às Assembleias Legislativas estaduais.

A decisão foi tomada em caráter liminar pelo conselheiro Gilberto Martins, atendendo ao pedido da AMB e Associações estaduais de magistrados, entre elas a Amagis. O conselheiro deferiu o pedido de liminar para assegurar a antecipação dos efeitos da norma do parágrafo único a ser acrescido ao artigo 11 da Resolução CNJ 13/2006, aprovada parcialmente pelo Conselho em 16 de dezembro de 2014.

A nova lei é um passo decisivo para que a magistratura mineira tenha a garantia do reajuste automático de seus subsídios, preservando sua autonomia e independência. ●

## APOSENTADOS E PENSIONISTAS

# TJMG paga direitos da magistratura

Uma semana depois da sanção da Lei nº 21.942/15, que vincula o reajuste do subsídio da magistratura mineira ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal, a classe obteve, no dia 30 de dezembro, a confirmação de uma nova conquista: o pagamento, em valor igual para todos, no dia 5 de

janeiro, das parcelas relativas à equivalência salarial e às URVs a magistrados ativos, aposentados e pensionistas.

Essa nova conquista é fruto da parceria entre a Amagis e o Tribunal de Justiça, que, com a intensa interlocução estabelecida com o Legislativo e Executi-

vo, garantiu a aprovação e sanção da lei nº 21.844/15, referente à suplementação orçamentária.

Os magistrados que não têm o direito a essas parcelas receberão os pagamentos relativos aos períodos de férias suspensas e indenizáveis nos termos da resolução 133 do CNJ. ●

Rodrigo Albert/TJMG



Unidade Goiás do Tribunal de Justiça

## POSSE

# Maurício Soares reafirma compromisso com a classe

Há nove anos participando ativamente da diretoria, o desembargador Maurício Soares tomou posse como presidente da Amagis, no dia 3 de janeiro, em ato administrativo realizado na sede da Associação, no qual reafirmou seu compromisso integral com a defesa da magistratura mineira.

Para o novo presidente, a eleição em chapa única e o resultado obtido (94% dos votos válidos) aumentam a responsabilidade da diretoria empossada no fortalecimento constante da magistratura e união da classe. Um dos primeiros passos apontados por Maurício Soares para alcançar esses objetivos é ouvir e discutir as propostas da nova diretoria com o interior e a capital. “Convido todos os magistrados a escrever mais uma página vitoriosa desses 60 anos da Associação”, exaltou.

Maurício Soares agradeceu ainda ao antecessor, desembargador Herbert Carneiro, pelo legado. “O legado de unidade, parceria e integração com setores públicos e privados, em âmbitos estadual e nacional, será importante na nossa gestão, porque essa forma de diálogo e interlocução valorizou e fortaleceu a magistratura mineira”, afirmou, prometendo dedicação integral.

Ao transferir a presidência para Maurício Soares, o desembargador Herbert Carneiro fez um breve balanço do triênio 2013/2015, no qual se destacam as conquistas

Georgia Bacvaroff



**José Perdigão, Herbert, Luzia e José Martinho saúdam Maurício Soares**



**Novos diretores da Amagis durante ato administrativo de posse**

da classe e a saúde financeira da Amagis, que está preparada para enfrentar a crise econômica, o crescimento em 40% das finanças da Amagis Saúde e a parceria inédita com o TJMG, por meio do presidente Pedro Bitencourt, que, a partir do diálogo e de uma relação transparente, possibilitou importantes avanços para o Judiciário mineiro.

O desembargador Herbert Carneiro revelou que a indicação de Maurício Soares para concorrer à presidência da Amagis foi feita por consenso pelos diretores das seccionais da

Associação. “O presidente Maurício traz consigo, na diretoria, cidadãos de bem, honrados, magistrados exemplares e que gostam da Associação. Por isso, não tenho dúvidas de que a futura gestão será coroada de êxito”, disse.

Herbert Carneiro agradeceu a Deus pela oportunidade de dirigir a Amagis, a sua família, pela paciência e cumplicidade, aos colegas de diretoria, membros do Conselho Gestor de Saúde e funcionários por colaborarem para o fortalecimento da Associação nos três anos de gestão. “Saio humilde-

mente com a consciência do dever cumprido. Se não fiz mais foi porque a minha limitação pessoal não permitiu. Não que eu não tivesse vontade, não que eu não tivesse dedicação para fazer, pois tive integralmente”, afirmou.

## REPERCUSSÃO

A posse de Maurício Soares na presidência da Amagis foi recebida com muito entusiasmo por representantes dos poderes públicos, que veem na nova diretoria a certeza da continuidade do diálogo e parceria consolidados nos últimos anos.

O presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes, afirmou ter certeza de que a relação com o novo presidente, que já tem uma interação muito grande com o Legislativo, será tão harmônica quanto à estabelecida com o desembargador Herbert Carneiro.

Segundo o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, o desembargador Maurício Soares é uma pessoa de espírito conciliador, que sempre pautou sua vida pela retidão e pelo diálogo. Para ele, o convívio com o novo presidente da Amagis deverá ser o melhor possível, assim como foi com o desembargador Herbert Carneiro. “As conquistas que tivemos decorreu dessa parceria”, afirmou Herbert Carneiro.

Na avaliação do presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Wellington Magalhães, é sempre importante que haja o diálogo e, sem dúvida, essa boa interlocução será mantida.

Para o deputado Durval Ângelo, líder do Governo na Assembleia, hoje, existe um patamar de conquistas da Amagis que é difícil admitir algum recuo. “O desembargador Maurício vem acompanhando a atual diretoria e vai dar continuidade ao trabalho realizado nos últimos anos. Ele tem sensibilidade para a questão social, o olhar necessário e atencioso para a classe e a visão de que a democracia é sempre uma conquista de direitos”. ●

“Minha dedicação será exclusiva, integral e permanente, porque não há limites para a defesa da magistratura. Temos um grupo dedicado e contamos com o apoio fundamental de cada magistrado de toda a Minas Gerais”.

**MAURÍCIO SOARES**  
– *Presidente*



“Nosso projeto é, por meio de uma gestão participativa e democrática, manter as portas da Amagis abertas a todos os associados, de maneira que nossas decisões reflitam a vocação original da Associação, que é a defesa do magistrado”.

**CRISTIANA MARTINS**  
– *Vice-presidente Administrativa*



“Dar total transparência às finanças da Amagis, buscando sempre otimizar os gastos e reduzir as despesas, como foco na preservação do patrimônio e ampliação direta, por meio de campanha de filiação”.

**ALBERTO DINIZ**  
– *Vice-presidente Financeiro*



“Nosso objetivo é ampliar a rede de Saúde credenciada no interior, além de incentivar, cada vez mais, a participação no programa ‘Amor à Vida’, do plano de Saúde, fazendo da prevenção um forte instrumento de maior qualidade de vida dos associados”.

**LUZIA PEIXÔTO**  
– *Vice-presidente de Saúde*



“Dedicaremos esforços permanentes em defesa da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, valorizando aqueles que ajudaram a construir a magistratura que somos hoje: unida e forte”.

**JOSÉ MARTINHO**  
– *Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas*



“A manutenção e intensificação da gestão itinerante permitem maior integração e eficiência às ações da Amagis enquanto entidade de defesa de todos os magistrados. A identidade só pode ser alcançada por meio da presença”.

**ANTÔNIO CARLOS PARREIRA**  
– *Vice-presidente de Interior*



“Racionalizar e incrementar o uso das Colônias de Férias propiciando maior integração entre juízes e respectivas famílias. Ouvir os associados para que os anseios da classe sejam atendidos. Realizar encontros esportivos segundo a preferência dos associados”.

**RICARDO TORRES**  
– *Vice-presidente Sociocultural-esportivo*



“Nosso projeto é fortalecer a unidade e integração da magistratura para os tempos difíceis que estão por vir. Se a magistratura estiver unida, será forte; se estiver forte, conquistaremos avanços. Juntos, e com determinação, poderemos avançar ainda mais”.

**CHRISTIANO LUCAS GENEROSO**  
– *Diretor Secretário*



“Vamos incentivar a participação das mulheres magistradas para que ocupem espaço de relevância nos programas de valorização da magistratura e de fortalecimento da Justiça cidadã, segundo os anseios da sociedade”.

**ROSIMERE COUTO**  
– *Subdiretora Secretária*



**CONSELHO DELIBERATIVO**

- Armando Freire
- Cláudia Aparecida Coimbra Alves
- Carlos Donizetti Ferreira da Silva
- Átila Andrade de Castro
- José Roberto Sterse
- Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro
- Júlio Ferreira de Andrade
- Thiago Colnago Cabral
- James Ferreira Santos
- Renzo Giacomo Ronchi
- Paulo Tristão Machado Júnior
- Antônio Augusto Calaes de Oliveira
- Patrícia Maria Oliveira Leite
- Vinícius de Ávila Leite
- Vinícius Paes Ristori
- Wagner de Oliveira Cavaliere
- Leopoldo Mameluque
- Fabiano Rubinger de Queiroz
- Carlos Alberto Pereira e Silva
- José Eustáquio Lucas Pereira
- Marco Aurélio Ferrara Marcolino

**CONSELHO GESTOR DA AMAGIS SAÚDE**

**TJMG:**

- Alexandre Quintino Santiago
- Renato Luís Dresch

**Suplentes:**

- Estevão Lucchesi de Carvalho
- Edison Feital Leite

**Juízes da Capital:**

- Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
- Marli Maria Braga Andrade

**Suplentes:**

- João Luiz Nascimento de Oliveira
- Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

**Juízes do Interior:**

- Dalton Soares Negrão
- Juarez Morais de Azevedo

**Suplentes:**

- Mateus Bicalho de Melo Chavinho
- Marcelo Carlos Cândido

**Aposentados:**

- Francisco Kupidowski
- Alberto Aluizio Pacheco de Andrade

**Suplentes:**

- José Nicolau Masselli
- Paulo Mendes Álvares

GUIDO DE ANDRADE

# Medalha celebra união da clas

Tiago Parrela



Agraciados e representantes dos Três Poderes na cerimônia

Tiago Parrela



Pedro Bitencourt, Fernando Pimentel e Herbert Carneiro

Roberto Rocha



Maurício Soares, Adalclever Lopes e Herbert Carneiro

A nona edição da Comenda Guido de Andrade, principal honraria da Amagis, celebrou, no dia 17 de dezembro passado, a união e integração da magistratura e a parceria com os Três Poderes, nas esferas estadual e municipal. Os agraciados foram o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Adalclever Lopes, o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Wellington Magalhães, e o ex-presidente do TJMG e atual coordenador pedagógico da Ejef, desembargador José Fernandes Filho.

“Sabemos por experiência e amadurecimento próprios que Justiça não se faz por obra individual, mas coletivamente e com harmonia entre os Poderes”, afirmou o desembargador Herbert Carneiro, durante seu discurso em um dos seus últimos atos na presidência da Amagis, realizada no salão de festas da Associação.

Herbert Carneiro destacou a parceria inédita do TJMG, que, fortalecida no diálogo com o Executivo e o Legislativo (estadual e municipal), possibilitou à magistratura mineira importantes conquistas como a criação do Fundo do Judiciário, e aprovação em tempo recorde de 90 dias da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, instituindo benefícios e melhorias nas condições de trabalho e de segurança.

O desembargador ressaltou ainda os avanços na democratização do Judiciário, com a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores para cargos diretivos, a transmissão das sessões do Órgão Especial do TJMG pela Amagis, por meio da internet, e o assento da Amagis no colegiado, reforçando a transparência das decisões administrativas do Tribunal.

## COMPROMISSO

Orador oficial da cerimônia, o presidente eleito e vice-presidente de Saúde, desembargador Maurício Soares, saudou Herbert Carneiro pelo exemplo de liderança que soube, com diálogo e dedicação, reafirmar a unidade e a integração da classe, pondo em prática uma gestão itinerante, democrática e compartilhada.

“Tenham certeza que a parceria e a interlocução permanente com os três Poderes, em todas as esferas, e com todos os segmentos da sociedade, públicos e privados, terá em nós fiéis seguidores em favor de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Em nome dessa causa, a Amagis estará, sempre, com as portas e o coração abertos”, afirmou Maurício Soares ao cumprimentar os homenageados, membros da futura diretoria e os magistrados presentes na cerimônia.

“A magistratura mineira nos orgulha e nos inspira”, disse o governador Fernando Pimentel ao destacar a satisfação de ser ho-

# se e parceria com os Poderes

menageado pela magistratura. “O Brasil nunca precisou tanto de educadores e magistrados como agora. Por isso, faço aqui minha homenagem ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e à Amagis. Tudo isso nos inspira a continuar construindo um ambiente de harmonia entre os Poderes, preservando a autonomia, a independência e a soberania de cada um, mas compartilhando os problemas para resolvê-los, como temos feito”, afirmou o governador.

Para o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, a República funciona melhor com cada Poder assumindo suas obrigações, “mas sempre com uma convivência muito harmônica, como tem sido com a Justiça mineira”, observou o prefeito ao falar da honra de receber a medalha da magistratura mineira, que, segundo ele, “tem uma tradição de alto nível devido à qualidade de seus juízes e ao trabalho que eles prestam à sociedade”.

Segundo o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, apesar da crise pela qual o País passa, Minas Gerais deu exemplo de harmonia entre os três Poderes. O deputado destacou ainda que a Amagis tem uma relação de alto nível com a Assembleia. O presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Wellington Magalhães, reafirmou a importância da interlocução com o Judiciário, e disse que a homenagem alcança todos os

vereadores da capital mineira.

## MEDALHA GUIDO

Líder do governo na ALMG, o deputado Durval Ângelo, agraciado com a medalha em 2009, ressaltou que o desembargador Guido de Andrade foi um personagem ímpar da magistratura mineira, que, em um período sombrio da história do Brasil, defendia a democracia, os direitos humanos e, principalmente, a participação associativa dos magistrados do Estado. O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, destacou que os homenageados recebem o reconhecimento tanto pela sua conduta em relação ao Judiciário mineiro, quanto por sua dedicação à sociedade.

Discursando em nome dos homenageados, o desembargador José Fernandes Filho observou que os magistrados dignificam a toga e se mantêm fiéis ao compromisso da investidura e à memória do patrono da medalha, Guido de Andrade, que, para ele, foi “independente, sem arrogância; solidário, sem servilismo; vida toda, intransigente guardião da pessoa humana”.

O magistrado destacou a honra pela iniciativa da Amagis. “Se agradecer não podemos, queremos deixar o registro de nosso orgulho: carregada no peito, a ‘Comenda Desembargador Guido de Andrade’ sentirá os batimentos de nossos corações, a pulsarem, acelerados, diante de natural alegria”, concluiu. *Veja mais fotos da solenidade na página 8.* ●

Roberto Rocha



Luzia Peixôto, Márcio Lacerda e Herbert Carneiro

Roberto Rocha

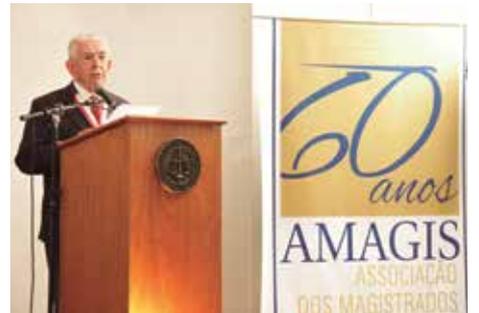


Alberto Diniz, Wellington Magalhães e Herbert Carneiro

Roberto Rocha



Cristiana Martins, Mayre Egly, Fernandes Filho e Herbert Carneiro



CONQUISTAS

# Gestão unifica a classe e obtém avanços históricos

Arquivo Amagis



Dirigentes do TJ em visita à diretoria da Amagis em 16 de maio de 2014

Há pouco mais de três anos, a chapa Magistratura Unida e Valorizada, liderada pelo desembargador Herbert Carneiro era eleita com 832 votos para dirigir a Amagis durante o triênio 2013/2015. Com um programa dedicado às causas da magistratura, a chapa tomou posse no dia 3 de janeiro de 2013, dando início ao processo de união da classe e de fortalecimento da interlocução com os Três Poderes.

Mais do que um ato oficial, a posse do desembargador Herbert Carneiro foi marcada por ações em defesa da classe. No mesmo dia em que assumiu o cargo, o magistrado convocou a imprensa para expor a situação dos fóruns mineiros e fazer apelo por condições mínimas de segurança nas comarcas. Apenas quatro dias depois, em 7 de janeiro, Herbert Carneiro reuniu-se com o então presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, para solicitar providências para o pagamento dos subsídios da magistratura, corrigidos a partir de janeiro.

Tomadas as providências imediatas, o presidente da Amagis intensificou a gestão itinerante realizando reuniões com os juízes em comarcas de todas as regiões do Estado. O resultado dessa mobilização foi a assembleia histórica realizada no dia 9 de agosto de 2013, com a participação de 402 juízes e desembargadores, na qual foram definidas as reivindicações prioritárias da classe.

A partir do momento no qual a magistratura definiu sua pauta, Herbert Carneiro intensificou o diálogo com o Executivo e o Legislativo, tendo como um dos principais avanços a interlocução com o Tribunal de Justiça. O marco dessa parceria pode ser considerado o dia 16 de maio, quando o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, acompanhado do primeiro vice-presidente Fernando Caldeira Brant e desembargadores, fez uma visita de cortesia à diretoria da Amagis, na sede da Associação.

Os resultados dessa interlocução foram conquistados como a implanta-

ção dos avanços da nova LODJ, suplementação orçamentária ao TJMG, participação da Amagis, com direito a voz, nas sessões do Órgão Especial do TJ e, principalmente, a instalação do diálogo como princípio para a defesa dos interesses comuns da magistratura. Já no final da gestão, mais uma conquista: a aprovação da automaticidade, com sanção no dia 24 de dezembro pelo governador.

Na medida em que pôs em prática o programa de valorização da magistratura, a gestão que se encerrou no dia 3 de janeiro, com a posse do presidente Maurício Soares, avançou também na unificação da classe. Prova disso, foi o processo eleitoral com chapa única, realizado no dia 4 de dezembro, que resultou na eleição da chapa Magistratura Forte e Unida, com 846 votos (94% do total), com o compromisso de se dedicar integralmente às causas da magistratura, como afirmou o desembargador Maurício Soares assim que o resultado do pleito foi proclamado pela Junta Eleitoral. ●

REALIZAÇÕES NO TRIÊNIO 2013/2015

2013

**15 de abril** – A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premia a Amagis Saúde pela excelência dos serviços prestados

**6 de junho** – A Assembleia Legislativa, em parceria com a Amagis, lança e instala a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça

**11 de junho** – Assembleia Legislativa aprova o Fundo do Judiciário, no valor de R\$ 130 milhões, que destina as custas judiciais para o orçamento do TJMG

**9 de agosto** – Magistrados realizam assembleia histórica, com a presença de 402 associados, e apresentam reivindicações ao TJ

**11 de setembro** – Amagis transmite pela primeira vez, ao vivo pela intranet, sessão do Órgão Especial do TJMG

2014

**14 de fevereiro** – Realizada assembleia geral extraordinária da Amagis Saúde, que, na presença de cerca de 500 magistrados, aprovou o plano de saúde Estados (RJ e SP, além de Minas)

**23 de julho** – Amagis conquista assento com direito a voz, mas sem direito a voto, nas sessões administrativas do Órgão Especial do TJMG

**31 de março** – Amagis promove seminário para debater “O Papel do Judiciário no combate à violência contra as mulheres”

**17 de março** – Aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores a cargos diretivos do TJ

2015

**8 de janeiro** – A Amagis é presidida, pela primeira vez, por uma magistrada, a Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto, por ocasião das férias do presidente entre 08 e 17/01 e 05/09 e 17/09 de 2015 e, em homenagem ao dia da mulher, no dia 8 de março

**28 de janeiro** – Aprovação pelo CNJ da automaticidade do reajuste dos subsídios, com trabalho intenso da Associação

**24 a 26 de junho** – Como parte dos 60 anos, Amagis promove o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária

**24 de dezembro** – Lei nº 21.942/15, que vincula o reajuste do subsídio dos magistrados mineiros ao dos ministros do STF é sancionada.

AGENTE PRISIONAL

# Amagis interioriza debate sobre regulação da carreira

Fotos: Georgia Bacvaroff

Após a primeira audiência pública para regulamentação do cargo de agente de segurança penitenciária, realizada no auditório da Amagis, em Belo Horizonte, no dia 11 de dezembro, o coordenador do grupo de trabalho da Associação, juiz Thiago Colnago Cabral, informou que a proposta da comissão é promover o debate nas comarcas do interior de Minas, para ampliar o debate com magistrados, agentes penitenciários, poder público e sociedade civil.

Na abertura dos trabalhos, o desembargador Herbert Carneiro, na data ainda na presidência da Associação, disse que o debate irá contribuir com o Executivo, Legislativo e Judiciário e a sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas efetivas. “O debate deve ser feito no Parlamento mineiro, na Assembleia Legislativa, mas é importante que a sociedade civil, e a Associação se integra à sociedade civil, faça debates pelo estado inteiro para que cada um possa oferecer uma contribuição”, afirmou.

A partir de sua experiência como presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Herbert Carneiro destacou ser decisivo que os magistrados não se acomodem e exerçam seu papel de agente político no debate da construção de uma sociedade mais justa.

Segundo o juiz Thiago Colnago, todos os juízes da execução penal reconhecem que a



Primeira audiência pública foi realizada no auditório da Amagis, em Belo Horizonte



Thiago Colnago



Herbert Carneiro



Sargento Rodrigues

falta da regulamentação na carreira dos agentes influencia negativamente no sistema prisional brasileiro. Para ele, a atual situação do preso está afeta ao juiz, e a regulamentação da carreira de agente prisional é um importante passo na busca da solução para esse problema.

O deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa

de Minas Gerais, participou da audiência e saudou a iniciativa da Amagis, que, na avaliação dele, dá uma enorme contribuição ao fomentar o debate. Para o parlamentar, os juízes mineiros têm uma visão progressista. “Com a experiência que têm na execução penal, os magistrados podem e devem contribuir muito para o debate e a construção de uma sociedade mais justa”, reconheceu.

A audiência contou ainda com a participação do defensor público Rodrigo Zamprogno, representando a Defensoria Pública-Geral Christiane Neves Procópio Malard; o chefe de gabinete da Subsecretaria de Administração Prisional, Zulei Jacinto de Souza, representando o secretário de Estado de Defesa Social, Bernardo Santana; a diretora do Conselho de Criminologia do Estado de

Minas Gerais, Ana Cristina de Ávila Reis, além de representantes dos sindicatos dos agentes penitenciários e socioeducativos.

Além de participar dos debates nas comarcas do interior, os magistrados podem enviar propostas para o Grupo de Trabalho para Estudos sobre a Regulamentação do Cargo Público de Agente de Segurança pelo e-mail [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br).

FORMAÇÃO PERMANENTE

# Consolidada, Revista Amagis Jurídica chega à 12ª edição

Com a colaboração de dez magistrados e dois advogados, na sessão 'Espaço Aberto', a revista Amagis Jurídica chegou à sua 12ª edição, no dia 18 de dezembro, consolidada como um instrumento de produção científica da magistratura mineira. Durante o evento, realizado no Parque Esportivo da Associação, também foi lançado o livro "Ativismo Judicial: Multiplicidade de sentidos", de autoria do juiz Ramom Tácio de Oliveira.

Na apresentação da revista, o então presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, ressaltou que, ao longo dos 60 anos de história do associativismo mineiro, o incentivo à formação permanente do magistrado foi sempre um dos objetivos da Associação, tendo na Amagis Jurídica um veículo de produção e troca de conhecimento.

"Durante os três anos de minha gestão, Gilson Lemes atuou como um gigante à frente do conselho editorial. Temos muito orgulho desta publicação, que hoje é uma obra jurídica reconhecida nacionalmente. Por isso, gostaria de agradecer a todos que se dedicaram e contribuíram ao enviar artigos para nossa revista", afirmou Herbert Carneiro ao homenagear o juiz Gilson Lemes por sua dedicação como diretor da Amagis Jurídica. Herbert Carneiro cumprimentou ainda o juiz Ramom Tácio e disse

estar honrado por dividir o momento com o colega.

Gilson Lemes ressaltou a satisfação em lançar a 12ª edição da revista e agradeceu a todos os colaboradores e ao ex-presidente Herbert Carneiro pela atenção e apreço que todos devotam à publicação.

## ATIVISMO JUDICIAL

Ramom Tácio agradeceu a Herbert Carneiro pela consideração e pela oportunidade de lançar o seu livro na Associação, juntamente como a publicação da 12ª Edição da Amagis Cultura, e afirmou que aquele momento era marcante para sua vida.

As discussões do livro "Ativismo Judicial: Multiplicidade de Sentidos", publicada pela editora, envolveram assuntos relacionados aos limites da atividade interpretativa e das decisões judiciais; sobre as diversas acepções do ativismo judicial; sobre o ser e dever ser da norma jurídica; a legitimidade do direito exteriorizado pelo ativismo judicial; a clássica divisão dos poderes; a afirmação positivista de existência de parâmetros objetivos representativos de segurança para a tomada de decisões; o ativismo judicial pragmático para solução da dívida de precatórios, entre outros. Foram empregados diversos métodos para que se pudesse ampliar a análise do tema para que se atingissem melhores respostas para o problema proposto na pesquisa. ●

Izabela Machado



Gilson Lemes, Ramom Tácio e Herbert Carneiro no Parque Esportivo

# AMAGIS JURÍDICA

ANO VII, NÚMERO 12 – SEMESTRAL – JAN. A JUN. DE 2015

### AUTORES:

Amaury Silva	Rogério Medeiros Garcia de Lima
Fernando José Armando Ribeiro	Selma Maria Marques de Souza
Ivana Fernandes Vieira	Tarcísio José Martins Costa
Jayme Silvestre Corrêa Camargo	Luciana Costa Mello
Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça	Doorgal Borges de Andrada
Newton Teixeira de Carvalho	Henrique Alves Pinto

## CADASTRAMENTO

# Voto biométrico traz segurança à democracia

**Diretores da Amagis e deputados com o presidente e o vice-presidente do TRE-MG**

Nas eleições municipais deste ano, 72 comarcas mineiras terão votação biométrica obrigatória e em outras 56 cidades, entre elas Belo Horizonte, a votação será mista, com a identificação tradicional e a biométrica. Ciente da importância da segurança do voto para eleição, diretores da Amagis fizeram o cadastramento biométrico no dia 9 de dezembro.

O desembargador Herbert Carneiro, na condição de presidente da Amagis, o presidente eleito da Associação, desembargador Maurício Soares, a vice-presidente Administrativo, juíza Luzia Peixoto, e a diretora de Comunicação, Rosimere Couto, foram recebidos pelo presidente do TRE-MG, Paulo César Dias, na sede do Tribunal Eleitoral.

No Brasil, a votação biométrica foi realizada

pela primeira vez em 2008, nos municípios de São João Batista (SC), Fátima do Sul (MS) e Colorado do Oeste (RO). Em Minas Gerais, o sistema foi utilizado inicialmente em 2010, nas Comarcas de Curvelo, Ponte Nova e São João Del Rei.

A adoção da biometria é mais uma forma de a Justiça Eleitoral combater possíveis fraudes nas eleições. O modelo combina a digital com a foto do eleitor, o que im-

pede o sistema biométrico de ser burlado, a partir do momento em que a foto do eleitor é verificada de acordo com o documento de identidade.

Na medida em que for ampliada e consolidada, a votação biométrica pode ainda, com o uso de novas tecnologias, possibilitar inovações como voto em trânsito. Entretanto, a logística é um dos principais desafios para a adoção desse tipo de votação, pois a urna de cada município deverá conter as mesmas informações dos candidatos de todo o País.

A primeira eleição no Brasil foi realizada em 1532, para a escolha do Conselho Municipal de Vila São Vicente (SP). A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, 400 anos depois desse fato histórico. Em um país que já teve voto de cabresto e voto de curral, a votação biométrica é mais do que uma inovação tecnológica, passa ser um instrumento da democracia brasileira. ●

**Herbert Carneiro faz seu cadastro no sistema biométrico****HISTÓRIA DA ELEIÇÃO NO BRASIL****1532**

Primeira Eleição: Vila São Vicente (SP)

**1822**

Primeira Lei Eleitoral

**1855**

Voto Distrital

**1881**

Voto Direto

**1932**

Criação da Justiça Eleitoral

**1937**

Extinta a Justiça Eleitoral

**1950**

Instituída cédula única de votação

**1976**

Lei Falcão restringe propaganda eleitoral

**1982**

Restabelecido voto diretor para governador

**1996**

Início da informatização do voto

**2000**

Uso em massa da urna eletrônica

**2008**

Primeiro teste biométrico



RECOLHIMENTO PROVISÓRIO

# Retrocesso no abrigamento de presos em cadeias públicas

LOURENÇO MIGLIORINI  
FONSECA RIBEIRO\*

Atualmente, consta da Lei 7.210/84, artigo 102, a previsão de que as cadeias públicas destinam-se ao recolhimento de presos provisórios. Contudo, o anteprojeto 513/2013, alterando a redação original do artigo, incluiu o parágrafo único, autorizando o recolhimento de condenados, não reincidentes, e com penas inferiores a oito anos, em cadeias públicas. Verbis: A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios. Parágrafo único: Excepcionalmente, os presos com penas de reclusão de até 8 (oito) anos em regime fechado, que não sejam reincidentes, poderão cumprir pena em cadeia pública.

A doutrina de August Thompson, ainda no ano de 1991, já advertia que: (...) como os estabelecimentos de entrada são as prisões comuns (xadrezes de delegacias, cadeias públicas etc), para as quais, como já vimos, não impõe a legislação a observância de quaisquer requisitos especiais, quer quanto ao tipo de acomodações quer quanto ao regime de operação, torna-se possível (ou não é completamente impossível) elastecer-lhes a capacidade a limites absurdos e desumanos, muitas e muitas vezes superiores à lotação ideal<sup>1</sup>.

A inovação trazida pelo anteprojeto somente se justifica pela escassez de vagas atualmente existente no sistema prisional, em uma medida

Esmar Filho



desesperada e, a nosso sentir, ineficaz para a criação de novos locais para abrigamento de presos.

A eliminação do recolhimento de presos em cadeias públicas foi uma vitória conquistada a duras penas, em lutas travadas por comissões de direitos humanos nacionais e internacionais, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura, e até o presente momento se mostrou medida muito acertada.

A previsão legislativa de que os presos com penas de reclusão de até 8 (oito) anos em regime fechado, que não sejam reincidentes, poderão cumprir pena em cadeia pública, representará, caso venha a ser aprovada, grande retrocesso na história do cumprimento de pena no direito brasileiro, pelos motivos abaixo indicados:

A uma, porque, quando houvesse a progressão de regime, obrigatoriamente haveria a transferência do senten-

ciado para outro estabelecimento prisional, já que somente se permitiria o cumprimento de pena em cadeias públicas daqueles que forem condenados em regime fechado.

A duas, porque não há espaço para o desempenho de qualquer atividade laborativa no interior das cadeias públicas.

A três, porque as cadeias públicas são ambientes altamente insalubres, e também não há condições de se oferecer qualquer assistência médica as pessoas ali recolhidas, por mais básica que seja.

A quatro, porque não há o mínimo espaço para a realização de atividades educacionais e instrutivas, impedindo o acesso a remição pelo estudo e leitura.

A cinco, porque a história indica a ocorrência de intermináveis rebeliões quando havia o recolhimento de pessoas em cadeias, em sua imensa maioria pela existência de benefícios vencidos, manutenção de prisões indevidas, tudo pela

ausência de assistência jurídica, e, também pela "morosidade da magistratura em responder aos incidentes executivos"<sup>2</sup>

A seis, porque não há mínimas condições de segurança, higiene, salubridade para realização de visitas sociais ou íntimas no interior das cadeias, em nítido prejuízo ao processo de ressocialização, já que sabida a importância das visitas nesse processo.

A sete, porque havia alto índice de fugas quando o recolhimento se dava em cadeias públicas, gerando a necessidade das forças policiais se deslocarem para vigilância frequente das cadeias, em evidente prejuízo das funções precípuas de cada instituição.

A oito, porque os custos com a manutenção das cadeias eram suportados pelos municípios, ente federativo com a menor receita, ocasionando intensa sobrecarga financeira, com prejuízo a outras atividades obrigatórias e inerentes ao município.

A diuturna judicatura na execução penal permite a observação acerca da violação dos direitos dos sentenciados em estabelecimentos, em tese preparados para recebê-los, e esta observação gera sensível incômodo. Desta feita, a simples possibilidade de retrocesso na forma de cumprimento da pena, e aumento da violação dos direitos é motivo de grande preocupação.

A sociedade exige do juiz da execução "um perfil diferenciado dos demais, pois, acima de tudo, trata-se de uma atividade de que pressupõe conhecimento jurídico aprofundado sobre as ciências criminais, mas, também, conhecimento vasto de administração penitenciária e de humanização da pena"<sup>3</sup>.

Leia a monografia na íntegra no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br).

(\*) Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Uberlândia; integrante das Comissões da AMAGIS para estudos sobre o Anteprojeto 513/2013 e de estudos sobre a situação dos agentes penitenciários.

**1 THOMPSON, Augusto.** *A questão penitenciária.* p. 102. 3ª Edição. Ed. Forense. Rio de Janeiro/RJ. 1991

**2 CARVALHO, Salo.** *Pena e garantias.* 3ª ed. p. 204. *Lumen Juris.* Rio de Janeiro./RJ. 2008

**3 NUNES, Adeildo.** *Da execução penal.* 3ª ed. p. 128. *Forense.* Rio de Janeiro/RJ. 2013.

## DEFESA DA CLASSE

# Amagis ingressa como amicus curiae em Ação Direta de Inconstitucionalidade

A Amagis ingressou, no dia 18 de dezembro, como amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.407/MG, que questiona benefícios conquistados por magistrados mineiros na nova LODJ.

A ação foi ajuizada pelo Procurador Geral da República, com pedido de medida cautelar, para arguir a inconstitucionalidade do art. 114, IX e XII, da Lei Complementar do Estado de Minas Gerais nº 59/2001, com a redação dada

pelo art. 46 da LC Estadual nº 135/2014, e da Resolução nº 782/2014, do TJMG.

A Amagis requereu sua admissão como amicus curiae baseada na sua legitimidade como representante da magistratura mineira e

por ter como finalidade estatutária a defesa dos interesses da classe.

No pedido, a Associação requer o não conhecimento da ADI, seja por envolver mero controle de legalidade (e não constitucionalidade), seja pelo fato

de que suposta ofensa reflexa à Constituição Federal não enseja apreciação jurisdicional concentrada. Requerendo ainda, que, no mérito, a ação direta de inconstitucionalidade seja julgada totalmente improcedente. ●

## RECONHECIMENTO

## Funcionários homenageiam Herbert Carneiro

Izabela Machado



Coordenadores da Amagis com diretores

Durante a festa de confraternização de fim de ano, no dia 11 de dezembro, os funcionários da Amagis prestaram homenagem ao desembargador Herbert Carneiro, ainda no exercício da presidência, pela "proveitosa convivência e permanente aprendizado", confor-

me mensagem inscrita na placa condecorativa.

Herbert Carneiro agradeceu a todos pela surpresa e fez questão de dividir o reconhecimento com o juiz José Martinho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Associação, que, na gestão de Herbert Car-

neiro, atuou como diretor tesoureiro.

Também presente, o então presidente eleito da Amagis, desembargador Maurício Soares, revelou estar confiante para o trabalho que será realizado neste triênio e disse que conta com a colaboração de todos. ●

## POSSE

## Desembargador integra Conselho da Magistratura

O desembargador Geraldo Domingos Coelho tomou posse no Conselho da Magistratura, no dia 14 de dezembro, para um mandato de dois anos. O órgão é composto pelo presidente do TJMG, os três vice-presidentes do Tribunal e o corregedor-geral de Jus-

tiça, que são membros natos, e por mais cinco desembargadores que não integrem o Órgão Especial do TJ. Domingos Coelho também é vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

O conselho reúne-se mensalmente e tem entre suas atribuições aprovar,

semestralmente, a lista de antiguidade dos juízes e decidir reclamação apresentada; julgar, em grau de recurso, ato ou decisão do corregedor, e publicar, mensalmente, no órgão oficial, dados estatísticos sobre trabalhos do Tribunal no mês anterior. ●

Marcelo Albert/TJMG



Desembargador Geraldo Domingos Coelho

## 7ª CÂMARA CÍVEL

## Desembargadora toma posse no TJMG

Tiago Parrela



Alice de Souza Birchal e Pedro Bitencourt

Empossada no dia 10 de dezembro, a desembargadora Alice de Souza Birchal ocupa, desde o final de 2015, a 7ª Câmara Cível do TJMG. A cerimônia de posse foi realizada durante sessão do Órgão Especial do Tribunal, com a participação do presidente

do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, e do desembargador Herbert Carneiro, ainda no exercício da presidência da Amagis.

Natural de Belo Horizonte, a magistrada graduou-se em Direito pela UFMG, é mestre e doutora em Direito

pela PUC Minas, professora de Direito de Família, Sucessões e Processo Civil na mesma instituição de ensino. Alice Birchal atuou na advocacia por mais de 20 anos, e foi juíza titular do TRE-MG, na vaga de jurista, no biênio 2012/2014. ●

BRASÍLIA E MINAS

# Presidente do TJ assume Conselho e Governo de Minas

Marcelo Albert / TJMG



**Presidente do TJMG, Pedro Bitencourt, com esposa e desembargadores na escadaria do Palácio da Liberdade, em BH**

Nos 12 e 15 de dezembro, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, assumiu, respectivamente, o exercício do Governo de Minas Gerais e tomou posse como presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, biênio 2016/2018, em cerimônia realizada em Brasília, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, da qual participaram o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, e o desembargador Herbert Carneiro, na data ainda na presidência da Amagis.

Em seu discurso, Pedro Bitencourt destacou a importância do aprimoramento da Justiça Estadual, reafirmou o compromisso do Conselho em fornecer meios aos juízes para garantir uma prestação jurisdicional eficiente e defendeu o diálogo como melhor forma para a tomada de decisões que repercutem no dia a dia dos Tribunais de Justiça. “Temos muito a contribuir no aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Nossos objetivos são republicanos, porque, como pessoas públi-

cas, gestores da coisa pública, temos o dever de servir ao interesse público, ainda que não tenhamos, algumas vezes, consenso nas ações para atingir os fins comuns”, afirmou.

No exercício do Governo de Minas, o presidente do TJMG inaugurou, junto da presidente da República, Dilma Rousseff, o Museu de Congonhas, que preserva a história do Estado e do País. A presidente afirmou que o museu é resultado do esforço de muitas pessoas e da capacidade

de superar obstáculos, dificuldades e desafios.

De acordo com Dilma, a inauguração do espaço abre muitas oportunidades para Congonhas, conhecida como a “Cidade dos Profetas” (obras de Aleijadinho). Pedro Bitencourt destacou que preservar a história é fortalecer a cultura, a cidadania, o Estado Democrático de Direito, além de reforçar a importância do acervo do museu para o Brasil.

Ainda na interinidade do governo mineiro, Pedro Bitencourt

recebeu, no dia 14 de dezembro, cerca de 80 magistrados, entre desembargadores e juízes, no Palácio da Liberdade, sede histórica do Governo de Minas. Conforme prevê a Constituição estadual, o presidente do TJMG assumiu a chefia do Executivo mineiro em função de compromissos que obrigaram o governador Fernando Pimentel, o vice-governador Antônio Andrade e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Adalclever Lopes, a se ausentarem do Estado. ●

Márcia Foizer/Estação Um



**Com Lewandowski, Getúlio de Moraes e Milton Nobre**

Renata Caldeira/TJMG



**Pedro Bitencourt com Dilma Rousseff em Congonhas**

## TAXA DE OCUPAÇÃO

# Frequência nas Colônias de Férias chega a 97%

Bruno Gontijo



## Colônia de Nova Viçosa oferece casas e apartamentos em uma ampla área verde

Levantamento do Departamento de Serviços Administrativos e Patrimônio da Amagis (Deacap) aponta que a

frequência de associados nas Colônias de Férias da Associação manteve-se alta em 2015. Em algumas unidades,

como Cabo Frio e Ubatuba, a taxa de ocupação chegou a 97%. Nas demais, o índice alcançou 70%. Os períodos

mais procurados são os de alta temporada.

Um dos fatores que favorece o uso das colônias por parte dos asso-

ciados é a localização de cada unidade. Ao todo, são cinco colônias distribuídas em cinco estados: Caldas Novas (GO), Cabo Frio (RJ), Caxambu (Sul de Minas), Nova Viçosa (BA) e Ubatuba (SP).

A privacidade e o ambiente familiar, aliados a uma estrutura que oferece todo o conforto aos associados, também são um atrativo. Por meio do Deacap, a Amagis promove a manutenção constante de cada unidade, buscando sempre oferecer mais comodidade aos magistrados que buscam lazer e descanso.

Em 2015, a Associação aprovou um novo Regulamento das Unidades Sociais da Amagis, com o objetivo de normatizar o uso do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito, do Parque Esportivo, do Salão de Festas da Associação e das Colônias de Férias, devido à grande procura dos associados. ●

## SEMANA SANTA

## Inscrições para colônias vão até dia 15 de janeiro

Arquivo Amagis



## Colônia de Caxambu possui infraestrutura completa

Os associados interessados em passar o feriado da Semana Santa, de 19 a 28 de março, em uma das Colônias de Férias da Amagis têm até o dia 15 deste mês para fazer sua inscrição e concorrer a uma das vagas que será sorteada no dia 21 de janeiro.

As colônias de férias da Amagis possuem infraestrutura completa para propiciar aos magistrados conforto e privacidade em um

ambiente familiar. A localização de cada unidade possibilita aos associados optar por diferentes tipos de passeios, como parques ecológicos, praias, instalação hidrominerais, monumentos históricos e comunidades quilombolas, com em Cabo Frio e Ubatuba, respectivamente. Para esse feriado, não haverá sorteio para a colônia de Caldas Novas, pois, neste período, as

instalações do Hotel Di Roma Resort passarão por um processo de modernização.

As inscrições para o sorteio podem ser feitas pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelos e-mails [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br) e [adrianapires@amagis.com.br](mailto:adrianapires@amagis.com.br). Para a Colônia de Nova Viçosa, o interessado terá de optar por apartamento ou casa. O resultado será divulgado no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br). ●

## CONVÊNIO

## Casa de câmbio oferece benefícios

Divulgação



## Loja da Picchioni localizada no Pátio Savassi

A partir de agora, os associados que estiverem programando viagens para o exterior têm mais uma opção na compra de moedas de outros países. A Amagis realizou convênio com a Picchioni Corretora de Câmbio, que oferece taxas diferenciadas na compra do dólar americano e do euro, em todas suas lojas físicas.

Com 70 anos de história, a Picchioni é

autorizada pelo Banco Central para operar no mercado de câmbio, oferecendo as principais moedas em circulação no mundo e cartões pré-pagos para viagens internacionais. Ao todo, a empresa possui nove lojas instaladas nos principais shoppings de Belo Horizonte e Região Metropolitana (Contagem e Betim), e uma loja no Shopping Vila Olímpia, em São Paulo. ●

CINQUENTENÁRIO

# Ademg homenageia Amagis no Mineirão



**Magistrados e vereadores se confraternizaram em partida no Gigante da Pampulha**

A Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (Ademg) homenageou a Amagis, no mês passado, durante duas par-

tidas de confraternização entre magistrados e vereadores de Belo Horizonte.

A homenagem foi entregue ao desembar-

gador Armando Freire, um dos idealizadores do time de futebol da Amagis. A placa reverencial faz destaque aos

50 anos do Gigante da Pampulha e saúda a Associação pelo incentivo e esporte, no reconhecimento ao trabalho dos

juízes em eventos realizados no estádio.

Os artilheiros honraram a história do Mineirão e balançaram as redes cinco vezes. O time da Amagis venceu o jogo por 3 a 2. O placar da vitória foi construído no primeiro tempo, com a reação dos vereadores que marcaram duas vezes na segunda etapa, retomando o equilíbrio da partida.

## NO HORTO

No outro jogo, desta vez no Estádio do Independência, os magistrados participaram de amistoso de confraternização, realizado com a participação de ex-jogadores profissionais, como Tobias e Marcos Vinícius (Buru), ex-jogadores do Atlético Mineiro. Mais uma vez, os artilheiros balançaram as redes, com 8 gols, numa partida que ficou em 5 a 3, com a vitória do time de uniforme branco sobre o azul. ●



Há 60 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.



## VIOLÃO BRASILEIRO

# Concurso Novas recebe composições para violão

Estão abertas até o dia 29 de janeiro, as inscrições para a 3ª edição do Concurso Novas, realizado em todo o País, com objetivo de incentivar, valorizar e divulgar a produção de obras para o violão solo.

Cada compositor poderá apresentar até duas músicas para violão clássico de 6 ou 7 cordas. O corpo de jurados é formado pelos violonistas Fabio Zanon, Marco Pereira, Sérgio Assad e Elodie Bouny, que, ao todo, selecionarão 60 minutos de música. As composições escolhi-

das serão gravadas no CD Novas 3 - Música Brasileira para Violão, e os compositores das três peças mais pontuadas participarão dos shows de lançamento.

Serão aceitas apenas composições inéditas, que devem ser inscritas em forma de partitura em PDF e de vídeo doméstico. O edital está disponível no site [violãobrasileiro.com.br](http://violãobrasileiro.com.br), endereço eletrônico no qual devem ser feitas as inscrições. As dúvidas dos interessados podem ser esclarecidas pelo e-mail [contatos@violãobrasileiro.com.br](mailto:contatos@violãobrasileiro.com.br). •

Acervo Particular de Jorge Carvalho de Melo

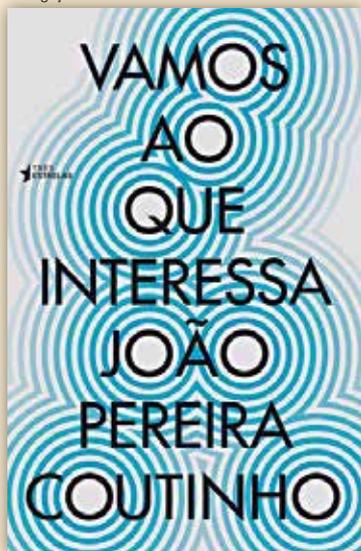


Aníbal Augusto Sardinha (Garoto): grande violonista brasileiro

## COLUNISTA DA FOLHA

## Livro reúne crônicas de João Pereira Coutinho

Divulgação



João Pereira Coutinho é português e, aos 39 anos, é doutor em Ciência Política e professor da Universidade Católica Portuguesa. Nasceu no Porto e vive

em Lisboa, mas, há mais de dez anos, é colunista semanal do jornal Folha de São Paulo. Neste livro, "Vamos ao que interessa", a editora Três Estrelas reuniu as cem melhores crônicas escritas para o jornal de 2008 a 2015.

Os temas são vários e vão desde o irracionalismo dos profetas socialistas até a pregação sanguinária dos fundamentalistas, passando pelos politicamente corretos até as sandices dos relativistas da cultura. O texto de Cou-

tinho é elegante e bem escrito, o que confere excelente fluidez à leitura. Além disso, se destaca a fina ironia do autor.

Entre a análise política e o comentário social, entre a crítica da cultura e a crônica de costumes, os textos conduzem o leitor por temas essenciais de nossa época, convidando-o a recuperar a reflexão, a serenidade e o humor.

Entre os livros de João Pereira Coutinho estão "As ideias conservadoras: Explicadas a revolucionários e reacionários", "Avenida Paulista" e "Por que virei à direita: Três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo". •

## CONFINS

## Projeto leva música ao aeroporto

BH/AirPort - Divulgação



### Exposição da Filarmônica em Confins

Até o final deste mês de janeiro, os passageiros e frequentadores do terminal 1 do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, poderão conhecer um pouco mais da música orquestral, com a exposição "Música sem mistério", realizada pelo Instituto Cultural Filarmônica parceria com a BH Airport.

O projeto do Instituto Filarmônica tem o objetivo de aproximar

as pessoas da música orquestral, desmitificando a ideia de que é preciso entender para depois gostar dessa forma de arte. A exposição conta com a exibição de vídeos, textos e fotos sobre a música do período barroco contemporâneo. Em monitores e fones de ouvidos individuais, as pessoas poderão assistir a apresentações da Filarmônica de Minas Gerais. •

INTERESSE PÚBLICO

# Destques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

**AUMENTO DA VIOLÊNCIA**

O Via Justiça repercute o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea, que prevê altas taxas de violência no Brasil até 2023. O estudo revelou que o Brasil vai continuar tendo altas taxas de violência, com o aumento da população carcerária, do monitoramento eletrônico, e da expansão do tráfico. A desembargadora Karin Emmerich, da 1ª Câmara Criminal, e a socióloga Roberta Fernandes Santos comentam o assunto. (Foto)

**IMPEACHMENT**

O Via Justiça discute o processo de impeachment de um presidente da República no Brasil. Quais são as influências que uma mobilização social e a insatisfação da opinião pública com o presidente têm no processo de impeachment? O presidente pode ser afastado devido ao crescimento de sua rejeição? Nossos convidados, desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível, e o advogado Wellington Luzia Teixeira comentam o tema.

**SEMANA DE CONCILIAÇÃO 2015**

O Via Justiça discute sobre a Semana Nacional de Conciliação de 2015, ocorrida em novembro, e como a conciliação se apresenta no novo Código de Processo Civil. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Carlos Donizetti Ferreira, auxiliar da 3ª vice-presidência do TJMG, e Leandro Rennó, presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-MG.

**MEIO AMBIENTE E A CRISE HÍDRICA**

O Via Justiça destaca o meio ambiente e a crise hídrica no Brasil e no mundo. Quais são os papéis do Poder Judiciário e do Ministério Público no combate à crise da água? Os nossos convidados, desembargador Afrânio Vilela, da 1ª Câmara Cível do TJMG, e o promotor de Justiça, Mauro Ellovitch, discutem as ações dos operadores do Direito contra a crise da água. (Reprise)●

PENSAMENTO JURÍDICO



**INDULTO DE NATAL**

Fim de ano é também chegada a hora do indulto natalino para os presos condenados. O sentenciado que receber o benefício terá o perdão ou a comutação da pena, que pode ser declarada extinta. Quem pode e quem não pode recebê-lo? Qual o objetivo da medida e quais os critérios? Quem responde a essas perguntas é o juiz da Vara de Execução Penal de Governador Valadares Thiago Colnago Cabral. (Foto)

**HOMENAGEM ALMG AOS 60 ANOS DA AMAGIS**

Em edição especial, o Pensamento Jurídico fez a cobertura da homenagem feita pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 30 de novembro, em reunião especial, aos 60 anos da Associação dos Magistrados Mineiros. O evento foi conduzido pelo presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes, e contou também com a presença de outros deputados, do presidente da Amagis, magistrados e representantes do Poder Executivo.

**ENCONTRO DE CONGRAÇAMENTO DA MAGISTRATURA 2015**

Um encontro de confraternização que reuniu magistrados do interior e da capital encerrou o ano de 2015 para o Judiciário mineiro. Foram cerca de 800 pessoas celebrando o fim de uma etapa e as realizações do período. Durante o evento, houve a apresentação da diretoria eleita para o próximo triênio da Amagis, que será presidida pelo desembargador Maurício Torres Soares.

**NOVO ESTATUTO DA MAGISTRATURA**

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional é fundamental para atualizar a carreira jurídica e garantir a sua segurança. A atual legislação tem 40 anos e pode ser um entrave para a construção de um Judiciário mais eficiente. Para falar sobre as necessidades de mudança e atualizações do atual Estatuto, recebemos a juíza Cristiana Martins Gualberto, integrante da Comissão da Amagis para Proposição de Mudanças ao Estatuto da Magistratura. (Reprise)●

**ASSISTA**

TV Assembleia      TV Justiça      TV Comunitária  
Sexta-Feira, às 23h      Sábado, às 15h30      Sexta-Feira, às 23h30

**ASSISTA**

TV Justiça      TV Comunitária  
Sábado, às 18h30      Sábado, às 22h

## CRISE ECONÔMICA

# Baixo desemprego: crônica de uma morte anunciada

TARCÍSIO MARTINS COSTA\*

Desemprego é algo deses- perador. É a incapacidade de pagar as contas, alimentar os filhos e a família, acarretando uma sensação de impotência e de inutilidade, somada ao sentimento de não poder contribuir para a sociedade, tal como ensinado ao homo faber, no curso de vários anos da vida. Graças à sensação de perda, de não se saber o que fazer, todos os tipos de sentimentos negativos estão associados ao desemprego: depressão, diminuição da autoestima, frustração, insatisfação com a vida, dificuldades cognitivas, entre outros.

Talvez, desemprego seja uma das palavras mais faladas, comentadas e anunciadas da atualidade. A maioria já conhece o impacto social e econômico que ele acarreta. Sabe-se que cada vaga de trabalho que se suprime pode afetar expressivo número de pessoas: marido, mulher, filhos, pais, avós, netos, etc. Enfim, todo o círculo familiar fica em apuros. Portanto, é no nível psicológico individual que desencadeiam as graves consequências condicionantes do cotidiano de quem já viveu do trabalho e, desgraçadamente, o perdeu. Não é sem motivo que neste ano, no Brasil, a venda no varejo de controladores de humor e antidepressivos aumentou 11,6% em 12 meses, de acordo com a consultoria IMS HEALTH.

Entretanto, muito se escreve sobre o impacto que o desemprego traz sobre a economia e quase nada sobre o que ele mexe na cabeça das pessoas. Sobre o vazio que fere o

peito, sensação arrasadora de falta de valor.

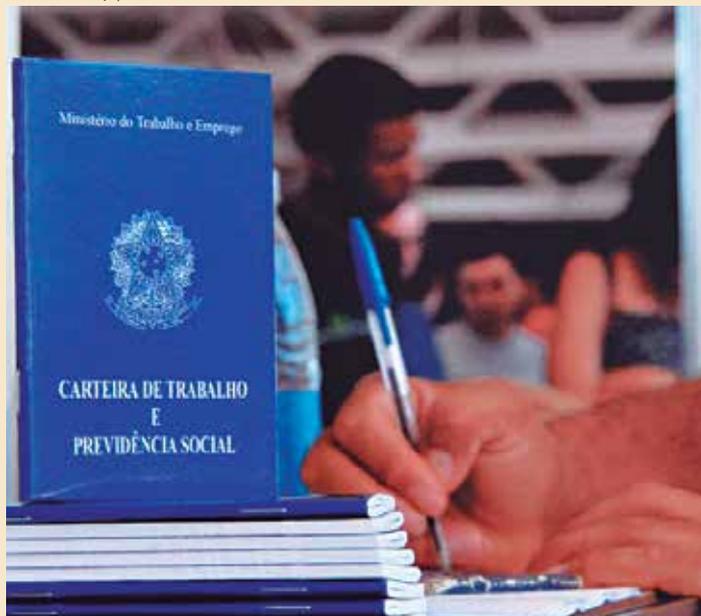
Na verdade, saberá o que significa desemprego apenas quem já vivenciou a terrível experiência. “Tento que as memórias fiquem lá atrás, mas, às vezes, lembro-me e ainda dói. Ficar desempregado significa deixar de acreditar em nós, significa, mais do que salário zero, autoestima nula. Não entenderão os estudiosos e os políticos que estar desempregado é a destruição de cada pessoa na sua essência como força de trabalho”, disse uma desempregada.

No Brasil, conforme dados divulgados pelo IBGE, na última semana de novembro, já temos um número assustador de 9 milhões de desempregados, insones e deprimidos. O drama revela sua face mais cruel quando se observa que a faixa etária mais afetada é a de jovens entre 18 e 24 anos, entre os quais o desemprego saltou de 11,8% para 19,5% em apenas 12 meses.

A população desocupada, em todas as faixas etárias, subiu para 7,9%, quando, há um ano, era de 4,7%. A alta só não foi maior porque encolheu o número dos que procuram empregos, produzindo o chamado “efeito desalento”: desistência dos que acreditam que não terão quaisquer chances no mercado de trabalho.

Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE também confirma que a deterioração do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre – avança em velocidade acelerada. Mantido o ritmo atual, o

Marcello Casal Jr / ABr



desemprego deverá suplantar 10%. Somente no mês de outubro, 169,1 mil empregos com carteira assinada foram eliminados no País. Alta de 458,5% em comparação com o mesmo mês do ano anterior (2014).

A construção civil e a indústria de transformação são os setores mais afetados. Somente a primeira demitiu 55,9 mil pessoas em outubro. O total de empregados do setor, no fim do referido mês, era de 3,014 milhões, patamar registrado pela última vez em janeiro de 2011. Segundo pesquisa encomendada pela FGV ao Sinduscon-SP, no acumulado do ano, o recuo foi de 10,6%. Em suma, os dois setores responderam por quase 1/3 dos empregos ceifados em outubro de 2015. E ainda. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostra que os salários dos demitidos têm sido maior do que os dos admitidos. Em outras palavras, junto com o emprego

está indo para o ralo o poder de compra das pessoas. Tais índices se revelam ainda mais perversos, quando a inflação dos últimos 12 meses já encosta nos dois dígitos, a maior desde 2003.

Assim como Gabriel Garcia Marquez descreveu a morte de

**“No Brasil, conforme dados divulgados pelo IBGE, na última semana de novembro, já temos um número assustador de 9 milhões de desempregados, insones e deprimidos”**

Santiago Nasar em “Crônica de uma morte anunciada”, os principais analistas econômicos têm alertado que os níveis de desemprego são insustentáveis com a crescente desindustrialização e a estagnação econômica.

Como sabido, Santiago Nasar veio a morrer, sem

chance de defesa. O “trunfo” do baixo desemprego, propagado pelos nossos governantes, anos a fio, também já encerrou seu ciclo de vida. Morte anunciada, porém acobertada pela falsidade dos números divulgados sobre a situação desastrosa da economia brasileira nas últimas eleições. ●

(\* ) Desembargador Aposentado

EXPERIÊNCIA E DEDICAÇÃO

# Heloísa Combat aponta conquistas do Judiciário



Desembargadora Heloísa Combat

## O que a fez decidir pela permanência na 4ª Câmara Cível após a sanção da lei?

Foram vários fatores. O primeiro é que ainda me sinto útil e em condições de higiene física e mental para contribuir com o Judiciário. Além disso, verifico que há uma economia para o poder público e um melhor aproveitamento do conhecimento amalhado durante todos esses anos como magistrada. Outro fator que pesou foi o financeiro, já que as perdas salariais com a aposentadoria são significativas e, a meu ver, injustas.

## Há 100 milhões de processos em tramitação no Brasil para cerca de 18 mil juízes atuantes. É possível dar uma resposta a essas demandas?

É impossível dar essa resposta com a estrutura que o Judiciário possui. Além disso, há outro problema cultural, que faz o brasileiro recorrer à Justiça para tudo. Também faltam políticas

públicas adequadas para atender a determinados setores, como a saúde. A Prefeitura de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais deveriam encurtar caminho e eliminar boa parte dos recursos repetitivos. Essa mentalidade tem que mudar, e isso deve ser trabalhado nas escolas de Direito, pois alguns advogados são muito demandistas. Recentemente, o projeto Execução Fiscal Eficiente do TJMG ganhou uma menção honrosa do Prêmio Inovare. Esse tipo de ação é fundamental. Outra prática eficiente para reduzir a morosidade ocasionada pela grande demanda é investir na conciliação, como o TJMG já tem feito com os Cejus. Temos desembargador tentando conciliar até no segundo grau em determinados casos.

## Diante dessa grande quantidade de recursos, onde a decisão judicial tem validade?

Esse é um ponto complicado. Tribunais

superiores têm tentado dar mais valor às decisões de primeiro grau. O juiz de primeiro grau é quem está próximo da parte, quem conhece de perto o caso. Isso tem uma relevância. Enquanto não reduzir o sistema recursal do Brasil, não tem jeito. Ainda há os malfadados precatórios. A maioria das pessoas morre sem receber, porque as prefeituras e o Estado não pagam. Temos agora uma central de precatórios no TJMG que tem agilizado bastante essa questão.

## Como a senhora avalia a formação de novos juízes no Brasil?

Hoje, existe uma segmentação muito forte já nas escolas de Direito. O jovem entra para a faculdade já sabendo que área seguir e se debruça de verdade apenas sobre essas disciplinas. Não há uma experimentação de todas as áreas. E o juiz precisa ter uma formação multicultural. É como na medicina. Hoje, há médico de mão, de perna, de cabeça, e por aí vai. E o bom e velho clínico

geral anda esquecido. É fundamental o jovem estudar psicologia, filosofia e ciência sociais. Para que ele seja um juiz do seu tempo, precisa ter uma experiência ampla.

## Para o juiz, qual a importância das experiências vivenciadas no interior, principalmente no início da carreira?

Essa experiência é de suma relevância, principalmente para aquele juiz que nasceu e foi criado na capital, porque o coloca em outro contexto. São nessas comarcas pequenas que a gente aprende verdadeiramente a ser juiz, pois nelas também temos que ser padre, psicólogo, assistente social. Você acaba tendo uma experiência de vida muito enriquecedora. Particularmente, não aprovo a atitude de juiz que queira ficar apenas em juizados especiais, por exemplo, e não ter essa vivência.

## Nesses 30 anos de magistratura, o que

## aponta como as principais conquistas do Judiciário mineiro?

A independência é uma das mais importantes. Quando ingressei na magistratura, o Tribunal era subordinado à Secretaria do Interior e Justiça. Recebíamos por meio da secretaria. Até uma folha de papel tinha que ser solicitada ao Executivo. E o que não tinha lá, o juiz tinha que suprir por conta própria. Havia menos serviço, mas também muito menos recurso. É por isso que a independência financeira do Judiciário foi um marco. Depois disso, veio a adoção de mais recursos, com a modernização dos instrumentos de trabalho, o que triplicou o rendimento do serviço. Outras conquistas importantes foram a capacitação de servidores, o processo judicial eletrônico, os juizados especiais e os centros de conciliação e solução de conflitos.

## Que avanços espera ver no Judiciário e no Brasil nos próximos cinco anos?

Espero mais e mais protagonismo do Judiciário, que está sendo chamado a decidir questões do maior grau de relevância para o País. Esse é também nosso papel. Em relação ao Brasil, espero não ver mais essa onda de corrupção. É salutar que todos esses escândalos sejam revelados, mas espero que isso tenha fim. Sem a corrupção, sobrarão mais verba para a educação, que, para mim, é a base de tudo. Todas as melhorias do País são consequência de um modelo em que a criança e o jovem são bem educados. ●



# GRUPO CRÉDITO

Falência

Recuperação Judicial

Execução

Despachantes - Engenheiros - Economistas - Liquidantes Judiciais

Corretores Imobiliários - Contabilistas - Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 [fernando@grupocredito.com.br](mailto:fernando@grupocredito.com.br)



[lucastleiloeiro.com.br](http://lucastleiloeiro.com.br)



[fernandoleiloeiro.com.br](http://fernandoleiloeiro.com.br)



[jonastleiloeiro.com.br](http://jonastleiloeiro.com.br)

## Leilões On-line e Presenciais

IMÓVEIS



MÁQUINAS



VEÍCULOS



Contato (37) 3242-2001 - (37) 99862-5659

## NORMA DA ANS

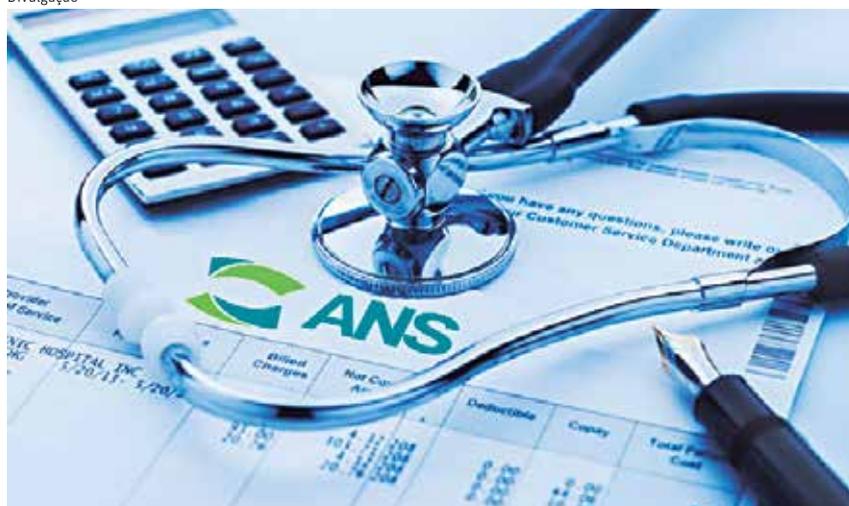
# Atendimento fora da área é regulamentado

Para atender à Resolução Normativa 137/06, da Agência Nacional de Saúde (ANS), que dispõe sobre as entidades de autogestão do sistema de saúde suplementar, a Amagis Saúde irá suspender, a partir do dia 14 de fevereiro deste ano, os atendimentos eletivos (programados) em regiões fora da área de abrangência dos planos Amagis Saúde (Estadual) e Amagis Saúde Grupos de Estado (MG, SP e RJ).

Em comunicado aos associados, a Amagis Saúde esclarece que, desde 2013, vem adotando uma série de ações que alinham os procedimentos do plano de saúde da magistratura às exigências da ANS. Uma das principais medidas foi a criação do Amagis Saúde Grupo de Estados, durante assembleia realizada 14 de fevereiro de 2015.

A modalidade Grupo de Estados, hoje com cer-

Divulgação



ca de 2 mil usuários, foi elaborada após o estudo de quais as melhores alternativas para regularizar a oferta de serviços para aqueles associados interessados em ter atendimento para além da modalidade estadual. A partir da decisão da assembleia, a Amagis Saúde concedeu o prazo de dois anos para que os atendimentos eletivos realizados fora da área de abrangência do plano fossem suspensos.

Nesse período, a Amagis Saúde acompanhou os procedimentos adotados pela ANS, mas, com a alteração do parágrafo segundo do artigo 21 da Resolução Normativa 137/06, em setembro de 2014, o órgão determinou que o atendimento fora da área de cobertura só pode ser feito provisoriamente ou por motivo de trabalho.

Dessa forma, a Amagis Saúde concluiu que

a manutenção da prestação de serviços fora da área de abrangência dos planos Estadual e Grupo de Estados deixaria o plano de saúde da magistratura em desconformidade com a legislação da ANS. Mesmo com a mudança, os atendimentos de urgência e emergência em território nacional estão mantidos, uma vez que a norma da agência restringe só os serviços eletivos (programados). ●

## AGILIDADE E SEGURANÇA

## Extrato mensal de despesas está disponível no portal

Com o lançamento do portal [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br), os usuários do plano passaram a contar com diversas novas funcionalidades que facilitam seu dia a dia. Uma delas é a possibilidade de consultar o extrato mensal de despesas no site, pelo computador, smartphone ou tablet.

Para ter acesso ao extrato mensal, basta clicar na opção "área do beneficiário", que fica na parte superior e do lado direito do portal. O usuário é direcionado para uma página interna do site, na qual terá o seguinte botão "acesse a área do beneficiário". Ao clicar nesta opção,

será aberta uma nova janela para que o internauta faça seu login e tenha acesso ao serviço.

O extrato mensal oferece informações como nome do usuário, a data do atendimento, informação do credenciado, descrição do serviço, despesas que competem à Amagis Saúde

e a taxa de coparticipação devida pelo usuário. Caso o associado não tenha seu login e senha, ele pode fazer o cadastramento no próprio site ou enviar um e-mail para [tisaude@amagis.com.br](mailto:tisaude@amagis.com.br) ou ligar para (31) 3079-3479 e falar no setor de informática da Amagis Saúde. ●

**Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)  
[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

**Presidente da Amagis:**

Desembargador Herbert  
José Almeida Carneiro

**Diretoria do Amagis Saúde:**

Vice-presidente de Saúde  
Desembargador Maurício  
Torres Soares

Diretor de Saúde  
Desembargador Edison  
Feital Leite

Diretor Financeiro  
Juiz Cláudio Manuel  
Barreto de Figueiredo

**Conselho Gestor:**

TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira  
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes

José Geraldo Saldanha da Fonseca  
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital

Maria Lujza Santana Assunção  
Edison Feital Leite

Suplentes

Marco Aurélio Ferenzini  
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior

Marcelo Carlos Cândido  
Dalton Soares Negrão

Suplentes

Paulo Antônio de Carvalho  
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados

Cláudio Manuel Barreto Figueiredo  
Francisco Albuquerque

Suplentes

Noelho Adelino Machado  
Mauro Soares de Freitas

**Diretoras de comunicação:**

Juizas Aldina de Carvalho Soares  
e Rosimere das Graças do Couto

**Coordenador de Comunicação:**

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

**Jornalistas:**

Georgina Baçvaroff - Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

**Projeto Gráfico:**

Agência Graffo

**Diagramação:**

Fosfato Comunicação Digital

**Pré-impressão/Impressão:**

Gráfica e Editora Del Rey

## REUNIÃO CIENTÍFICA

# Amagis Saúde reúne dados para combate ao Zika Vírus

Com o objetivo de buscar informações mais claras, a fim de definir os procedimentos mais corretos a serem adotados para os associados, a Amagis Saúde participou da reunião científica sobre o Zika Vírus promovida pela Associação Médica de Minas Gerais, no dia 15 de dezembro, com a palestra do secretário da Sociedade Brasileira de Virologia, Maurício Nogueira.

Professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (SP), o virologista estuda o novo vírus desde seu surgimento em território nacional que, segundo ele, coincide com a Copa do Mundo 2014.

O especialista informou que o Zika é um vírus da mesma família da febre amarela e da dengue (flavivírus) e que foi identificado na África em 1947, com casos diagnosticados esporadicamente na Ásia e na África até meados dos anos 2000. A partir de 2007, ocorreu uma série de epidemias, chegando ao Brasil em 2014.

Com maior incidência da doença na região Nordeste do

País, os casos de Zika Vírus passaram a ser relacionados com o nascimento de crianças com microcefalia: uma anomalia no desenvolvimento do cérebro do bebê, que nasce com o crânio medindo menos de 32 centímetros, conforme critério do Ministério da Saúde.

Maurício Nogueira afirmou que há uma associação temporal clara entre o período no qual os casos de microcefalia começaram a surgir e quando o Zika começou a se alastrar pelo País. Apesar da forte vinculação entre o vírus e a doença, segundo o médico, ainda não há elementos que permitam afirmar com 100% de certeza a relação entre eles.

O virologista considerou os testes moleculares para identificar o vírus bastante eficazes. Disse, porém, que os testes sorológicos não devem ser usados. Nogueira recomendou ainda que a melhor opção para a gestante é evitar o contato com o mosquito transmissor da doença (*Aedes aegypti*) e tomar todas as medidas para impedir sua proliferação. ●

Clóvis Campos



Palestra reuniu 400 pessoas na Associação Médica de Minas Gerais

## DICAS DA AMAGIS SAÚDE:

### COMO SOLICITAR REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS



Mesmo com ampla rede de credenciados, a Amagis Saúde garante aos seus usuários o reembolso de despesas médicas em caso de urgência ou emergência, em todo território nacional, quando não for possível utilizar os serviços credenciados à Amagis Saúde, ou em atendimentos eletivos (programados), ocorridos dentro da área de abrangência geográfica do plano.

Por isso, antes de pedir o reembolso é importante verificar se o prestador de serviço é credenciado à Amagis Saúde, ou pertence a alguma cooperativa médica, pois, nesses casos, o reembolso não pode ser feito conforme o regulamento do plano. Também não são reembolsadas despesas não cobertas pela Amagis Saúde.

O reembolso é feito de acordo com as tabelas do Ama-

gis Saúde, e as diferenças de valores devem ser pagas pelo usuário do plano. As tabelas praticadas pela Amagis Saúde, formulários e documentação para o pedido de reembolso estão disponíveis na área do beneficiário do site [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br). Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3079-3482 ou pelo e-mail [reembolso@amagis.com.br](mailto:reembolso@amagis.com.br). ●